Justiça e Ética na Vida Pública

Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UCB - UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA

Introdução

O livro Justiça: O que é fazer a coisa certa?, de Michael Sandel, propõe uma reflexão profunda sobre os princípios que orientam decisões morais e políticas na sociedade. Sandel apresenta teorias éticas clássicas, como o utilitarismo, o liberalismo e a ética da virtude, demonstrando como cada uma pode ser aplicada a dilemas cotidianos, jurídicos e políticos. Ao discutir o que é "justo", o autor destaca que a justiça não se limita à legislação formal, mas envolve valores morais e princípios compartilhados pela comunidade. A obra nos convida a considerar não apenas os resultados das ações, mas também a intenção, o mérito e a virtude, promovendo debates sobre direitos individuais, bem-estar coletivo e justiça distributiva. Além disso, é possível relacionar as ideias de Sandel à tripartição dos poderes, conceito fundamental da teoria política de Montesquieu, que garante equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Assim, tanto Sandel quanto a separação dos poderes evidenciam a importância de decisões justas e éticas para a vida social e política.

Objetivo

Analisar os principais conceitos de justiça abordados por Michael Sandel e relacioná-los à tripartição dos poderes, compreendendo como princípios éticos fundamentam decisões políticas e jurídicas.

Material e Métodos

Este trabalho baseou-se na leitura completa do livro Justiça: O que é fazer a coisa certa? de Michael Sandel, publicado em 2009, complementada por anotações e discussões realizadas em sala de aula sobre tripartição dos poderes. A metodologia consistiu em:
Levantamento teórico sobre as principais correntes filosóficas da justiça (utilitarismo, liberalismo e ética da virtude).
Identificação de dilemas apresentados por Sandel, como casos de aborto, pena de morte, distribuição de recursos e direitos individuais.
Comparação entre os conceitos éticos do livro e os mecanismos institucionais da tripartição dos poderes, analisando como o equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário contribui para decisões justas e morais.
Sistematização das informações em tópicos que evidenciam relações entre teoria ética, moralidade e funcionamento do Estado.

Resultados e Discussão

A leitura de Sandel revela que a justiça envolve mais do que a aplicação mecânica das leis. Teorias como o

utilitarismo orientam decisões pelo bem-estar coletivo, mas podem negligenciar direitos individuais. O liberalismo destaca a proteção desses direitos, enfatizando liberdade e dignidade humanas, enquanto a ética da virtude nos leva a refletir sobre o que significa viver uma vida moralmente boa, equilibrando interesses individuais e coletivos.
A obra mostra que dilemas cotidianos e jurídicos exigem reflexão sobre intenção, mérito e virtude, revelando que a justiça é complexa e multifacetada. Essa complexidade encontra paralelo na tripartição dos poderes, que organiza o Estado em três esferas: o Executivo, responsável por implementar políticas; o Legislativo, encarregado de criar leis; e o Judiciário, que garante a aplicação correta e ética dessas normas. Assim como Sandel propõe que a justiça requer análise moral e ética antes de decisões, a separação dos poderes busca impedir abusos e assegurar decisões equilibradas, protegendo direitos individuais e promovendo o bem-estar coletivo.
Por exemplo, ao analisar políticas públicas que afetam minorias ou distribuição de recursos, o Legislativo deve refletir sobre o utilitarismo e o mérito; o Executivo deve implementar com equidade e respeito à dignidade humana; e o Judiciário deve avaliar se há violação de direitos individuais, garantindo o equilíbrio e a justiça social. Dessa forma, a ética de Sandel complementa a função institucional da tripartição, mostrando que justiça não é apenas legalidade, mas também moralidade aplicada ao contexto social.

Conclusão

O estudo de Michael Sandel evidencia que a justiça exige reflexão ética, atenção a direitos individuais e análise do bem comum. Ao relacionar essas ideias à tripartição dos poderes, percebe-se que o equilíbrio entre Legislativo, Executivo e Judiciário é essencial para decisões justas e morais, promovendo uma sociedade mais ética e equitativa.

Referências

SANDEL, Michael J. Justiça: O que é fazer a coisa certa? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
ROSSI, Felipe de Andrade. Aula de Introdução ao Estudo do Direito (IED). Universidade Católica de Brasília, 2025